

III Reunião Ordinária do GNDH – Ano 2014
Ata de Reunião da Comissão Permanente da Educação - COPEDUC

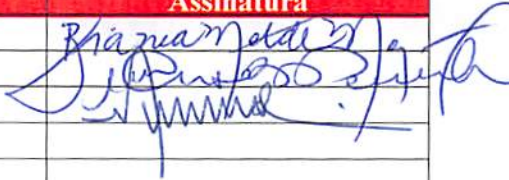
Data: 21/07/2014 a 23/07/2014

Local: Ministério Público do Estado do Amazonas

Horário (início): 09h00 do dia 21/07/14

Horário (término): 12h00 do dia 23/03/14

Objetivo da Reunião: Reunião da Comissão Permanente de Educação

Participante	Cargo/Unidade	Assinatura
Bianca Mota de Moraes	Coordenadora-RJ	
Maria Cristina Rocha Pimentel	Vice-Coordenadora-ES	
Vera Ferraz de Arruda	Secretária-RO	
Mirtil Fernandes	AM	
Simone Disconsi	GO	
Sandra de Pontes	MA	
Luis Antonio Miguel Ferreira	SP	
Francisco Elnatan	CE	
Sergio Harfouche	MS	
Ana Cistina F. Cirne	RS	
Cátia Vergara	DFT	
Ioná Souza Nunes	PA	
Almir Branco	AC	
Maria Pilar C. Maquieira Menezes	BA	
Antonio Lima	MPT	
Etélio de Carvalho Prado Jr.	SE	
Sergio Pinel	MPF-RJ	

ASSUNTOS EM PAUTA

1. Encontros Estaduais MEC-MP
2. Conferência Nacional de Educação/2014 - CONAE
3. Estudo sobre o transporte escolar e a universalização da pré-escola.
4. Integração da agenda GNDH-Comissão de Direitos Fundamentais do CNMP.
5. Revista do GNDH – Criação da COPEDUC e providências.

6. Projeto Ministério Público pela Educação.

7. Debates sobre as metas bianuais: 1) Universalização das vagas na pré-escola e aumento das vagas nas creches (início de execução do 1º eixo do Plano Nacional de Atuação do Ministério Público na Defesa do Direito à Educação) e 2) Fiscalização do cumprimento do art. 212 da Constituição da República (destinação de percentual de impostos para a área da educação no âmbito da União, dos Estados e Municípios).

RESUMO DO DESENVOLVIMENTO DOS ASSUNTOS EM PAUTA

Às 09h foram iniciados os trabalhos pela Coordenadora Bianca Mota de Moraes com informes sobre: a) Encontros Estaduais: no ano de 2014 foram realizados encontros estaduais MEC-MP em Rondônia e no Maranhão e estão previstos para agosto os encontros de Sergipe (18 e 19/08) e da Bahia (15/08); b) CONAE-Conferência Nacional de Educação: o evento ocorrerá no final de novembro, em Brasília. A participação dos MPs consistirá na realização de duas mesas de interesses. Foi informado que o MEC está solicitando a Comissão nomes de outros membros do MP que tenham participado de uma Conferência municipal e uma estadual/distrital para a composição das 27 vagas do MPE na condição de delegados, já que restam 15 vagas a ser preenchidas. O colega Antonio Lima, do MPT, solicitou sua inclusão na CONAE como delegado, porque preenche o requisito da participação nas conferências municipal e estadual tendo lhe sido esclarecido que a Coordenação efetuará contato com o MEC para a inclusão, mas que é necessário que ele entre em contato com o Fórum Estadual de Educação do Ceará para esse encaminhamento. A coordenadora lembrou a necessidade de que cada participante leve material para divulgação de ações realizadas em seus Estados e apresentação de experiências exitosas. Após, a coordenadora deixou a sala para participar da reunião de coordenadores. Assumiu a presidência dos trabalhos a Vice Coordenadora Cristina Pimentel, passando ao item Transporte escolar de estudantes do ensino superior – a partir da nota técnica elaborada e encaminhada pela colega Lia Burgos-MP-PI, o tema dói discutido, chegando-se a redação do seguinte **enunciado (02/2014)**:

Nos casos de utilização dos veículos adquiridos pelo Programa Caminho da Escola para transporte de estudantes do ensino superior, o Ministério Público, com atribuição em educação, deverá verificar a existência da respectiva regulamentação e, não existindo, adotar providências para sua normatização, nos termos da Lei 12.816/2013 e Resolução 45/2013 do FNDE.

Também foi discutida a necessidade de um estudo prévio sobre transporte escolar e a universalização da pré-escola. Ficou deliberado que participarão do trabalho do acompanhamento do Grupo de Trabalho Interministerial (MEC e Ministério das Cidades) criado pela Portaria nº 1299/12, os Promotores de Justiça das Regiões Nordeste: MA e BA; Norte: AC e PA; Centro Oeste: GO, MS e DF; e Sudeste: SP; Sul: RS e a Coordenação (atualmente composta pelos MPs do RJ, ES e RO). Encerrada a reunião as 12h00.

No período da tarde, após a abertura solene da III Reunião do GNDH, os trabalhos foram retomados as 15h30. A Coordenadora informou sobre os pontos analisados na reunião de Coordenadores com a Presidência do GNDH:

a) Integração da agenda com o CNMP – Encontro Nacional do MP com os movimentos sociais – 05/06 de novembro de 2014, em Brasília. Na reunião com o CNMP e com a Presidência foi destacado pela Coordenadora da COPEDUC que não há tema da educação no Encontro Nacional do MP com os movimentos sociais, sendo necessária a inclusão desta temática no evento. Esclareceu que haverá reserva de pauta nas comissões, em todas as



reuniões, para a interação com o CNMP. Pelos membros da Comissão de Direitos Fundamentais do CNMP foi informado que está sendo apreciada a criação do GT Educação do CNMP, já anteriormente prevista.

b) Revista do GNDH – Criação da COPEDUC e providências.

c) Criação do grupo institucional para a troca de correspondências eletrônicas entre os membros da comissão: grupo.copeduc@cnpj.org.br – A partir do completo funcionamento deste deverão ser encerradas as atividades do grupo grupo.copeduc@googlegroups.com.

d) Tema para trabalho conjunto pelas comissões do GNDH no segundo semestre de 2014 – Violência Doméstica . Quanto a este, para a área da educação, foi sugerido pela COPEVID que o trabalho fosse desenvolvido a partir da notificação compulsória dos maus tratos, prevista para o estabelecimento de ensino no art. 56 do ECA. Os integrantes da Comissão consideraram importante aliar a esse trabalho ao do fortalecimento da educação em direitos humanos e das campanhas sobre paz nas escolas (CNMP)

e) Tema para trabalho conjunto pelas comissões do GNDH no primeiro semestre de 2015: sugestão do CNMP na reunião dos coordenadores como GNDH: Educação em Direitos Humanos.

- 9) Na sequência, foi feita verificação de pendências de atas anteriores. a) criação de grupo de articulação com o CNE - foram realizados contatos com o CNE, pessoalmente e por ofícios, pela Coordenadora Bianca Mota de Moraes e pela Promotora de Justiça Sandra Pontes-MA, não persistindo a necessidade de criação de um grupo para esta finalidade; b) criação de grupo de articulação com a Secretaria Nacional de educação Básica-MEC – a articulação com o MEC tem sido feita articulação junto à Secretaria Executiva Adjunta e a Comissão decidiu que a articulação com a SEB continuará a ser feita via SEA. c) grupo de articulação com a ABMP – deliberou-se pela não formação do grupo, ficando o colega Luiz Antônio Miguel Ferreira- MPSP, com a incumbência de promover a aproximação da ABMP com a Comissão, inclusive convidando integrantes da Associação para reuniões da COPEDUC e transmitindo contatos para a Coordenadora da Comissão. d) grupo de articulação junto ao Senado e Câmara Federal – integrarão o grupo os colegas Sergio Harfouche-MS, Antonio Lima-MPT-CE, Sandra de Pontes-MA, Simone Disconzi – MPMO e Cátia Vergara – MPDFT; e) Reativação do grupo sobre o tema da paz nas escolas – após debates foi decidida a reativação do grupo, ficando por ele responsável o colega Sergio Harfouche, do MPMS, que se encarregou de fazer levantamento sobre os Ministérios Públicos que ainda não aderiram à campanha “Conte até 10 nas escolas”, a fim de que seja realizado trabalho de estímulo à adesão da campanha do CNMP e ao seu desenvolvimento pelos MPs nos estados, informando em seguida à Coordenação sobre o que foi verificado. Manifestaram interesse de integrar esse grupo os colegas Antonio Lima MPT, Francisco Elnatan MPCE, Judith Teles MPAP e Mirtel Fernandes MPAM.

Na manhã do dia 22 de julho, as 9h00, a Comissão recebeu o Presidente da UNDIME-AM e Secretário Municipal de Educação de Maués, Luis de Oliveira Gonçalves, para expor sobre o “Acesso à educação infantil: avanços e desafios”. Após a exposição, realizou-se debate, tendo sido registrada a necessidade de maior aproximação entre o Ministério Público e a UNDIME, seja nas seccionais estaduais, seja no âmbito nacional.

A seguir, e em virtude do tema escolhido pelo GNDH para o trabalho no segundo semestre de 2014, foi convidada a Promotora de Justiça Selma Regina Sousa Martins, do MPMA, integrante da COPEVID para expor sobre a campanha realizada nas escolas em seu estado de origem sobre a Lei Maria da Penha, em função do art. 8º desta. Mostrou vários vídeos para abordagem nas escolas, como o da campanha do MPMA e do repentinista Tião Simpatia – Versão animada da Lei Maria da Penha, que está disponível no *youtube*.



Retornando à verificação de pendências, observou-se a necessidade de maior interação e participação dos integrantes dos grupos de pesquisa das metas 1 e 2 da Comissão, tendo sido os grupos reorganizados e definidos os responsáveis por sua articulação, ficando definidos na forma abaixo, ficando os seus articuladores com a incumbência de transmitir à Coordenação o andamento dos trabalhos:

Grupo 1 – Articuladora: Ana Cristina Ferrareze - MPRS

MPs dos seguintes estados: Acre, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, São Paulo e o MPT.

Grupo 2 – Articuladora Simone Disconsi - MPGO

MPs dos seguintes estados: Amazonas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e o MPF.

Na parte da tarde foram retomados os trabalhos às 13h45, passando-se à exposição sobre “O cumprimento do art. 212 da Constituição da República pelos entes federativos”, com o Coordenador do Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação do FNDE.

Após os debates, a Comissão deliberou pelos seguintes **enunciados**:

03/2014

Cabe ao membro do Ministério Público com atribuição na defesa da educação averiguar as ilegalidades/irregularidades oriundas das comunicações do FNDE acerca da correta aplicação do percentual de impostos constitucionalmente definido para a educação, nos termos do art. 212.

04/2014

Quando se tratar de fiscalização sobre aplicação de verbas derivadas de recursos federais para o desenvolvimento de programas específicos da educação, a atribuição é do Ministério Público Federal.

05/2014

Nos Estados em que há a complementação da União, a atribuição para as ações judiciais e extrajudiciais é concorrente entre os membros do Ministério Público Estadual e Federal com atuação para a defesa do direito à educação.

Ficou suspensa a deliberação do enunciado 06/2014, abaixo transcrito, para que sejam debatidas sugestões sobre sua redação através do correio eletrônico do grupo da Comissão.

06/2014

As ações judiciais e extrajudiciais relativas à obrigação de fazer, garantidoras do direito fundamental à educação básica, são de atribuição do Ministério Público Estadual.

A seguir houve a exposição científica sobre o acesso à educação infantil de qualidade e o desenvolvimento saudável da primeira infância, com a convidada Ely Harasawa, da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e o colega Antônio Carlos Ozório Nunes, membro auxiliar da Comissão da Infância e Juventude do CNMP.

Em continuidade, foi abordada pelo colega Sérgio Pinel, do MPF, a necessidade de que Projeto MP pela Educação passe a contar em sua coordenação com membros do MPE, preferencialmente da COPEDUC. Assim, foi deliberado que participarão da referida coordenação os colegas: Sandra de Pontes/MPMA, Maria Cristina Pimentel/MPES, Vera Ferraz/MPRO e Cátia Vergara/MPDFT. Foi solicitado que o MPF encaminhe ofícios aos respectivos Procuradores-Gerais dos membros que integrarão a Coordenação do MPEDUC para formalizar o convite feito nesta reunião, inclusive para a presença dos membros da COPEDUC na reunião do GT Educação/MPF, que ocorrerá nos dias 18 a 20/08, em Brasília.

Ao final, foi deliberada a realização de um Congresso Nacional do Ministério Público na área da educação, a princípio previsto para os dias 27 e 28/04 de 2015, no Rio de Janeiro.

1. Formação de grupo para acompanhar as atividades do Grupo Interministerial Portaria para discussão do transporte escolar na educação infantil.	21/07/14	21/07/14	Região Nordeste: MA e BA; Norte: AC e PA; Centro Oeste: GO, MS e DF; Sudeste: SP Sul: RS Coordenação da Comissão (atualmente: RJ, ES e RO).
2. Elaboração de cartilha conjunta sobre transporte escolar e Educação Infantil	21/07/14	30/12/14	Região Nordeste: MA e BA. Norte: AC e PA. Centro Oeste: GO, MS e DF. Sul: RS e Sudeste: SP. Coordenação da Comissão (atualmente: RJ, ES e RO).
3. Envio de recomendação sobre a obrigação de notificação de maus tratos (art. 56, ECA)	24/07/14	10/08/14	Ana Cristina Ferrareze Cirne – MPRS
4. Encaminhar à Coordenação da Comissão lei estadual do Ceará que cria comissão de prevenção de violências manifestadas na escola	24/07/14	10/08/14	Antonio Lima – MPT
5. Encaminhar à Coordenação da Comissão recomendação do MPCE sobre prevenção de violências manifestadas na escola	24/07/14	10/08/14	Francisco Elnatan – MPCE
6. Encaminhar à Coordenação da Comissão texto para a Revista do GNDH	21/07/14	21/08/14	Maria Cristina Pimentel, Ana Cristina Cirne, Francisco Elnatan, Vera Ferraz de Arruda e Sandra




			de Pontes
7. Reiterar convite para o CNE participar da IV reunião da COPEDUC-GNDH, no Rio de Janeiro em setembro p. f. também com contato telefônico ou pessoal	21/07/14	21/08/14	Bianca Mota de Moraes – MPRJ
8. Encaminhar à Coordenação da Comissão contato da América Ungaretti, que está à frente de projetos educacionais na ABMP, à coordenadora	21/07/14	31/07/14	Luis Antonio Ferreira – MPSP
9. Solicitar em plenária à Presidência do GNDH a expedição de ofício ao Senado e a Câmara apresentando a COPEDUC e informando que seus integrantes farão acompanhamento de projetos legislativos referentes à educação.	21/07/14	23/07/14	Bianca Mota de Moraes
10. Convite a UNCME (Nacional) para a próxima reunião da COPEDUC no dia 04/09/14 no Rio de Janeiro, para falar sobre os desafios de implementação do PNE nas metas 01 e 20	21/07/14	02/08/14	Maria Pilar Menezes – MPBA
11. Convite ao Deputado Gastão Vieira para a próxima reunião da COPEDUC no dia 04/09/14 no Rio de Janeiro, para falar sobre os desafios de implementação do PNE nas metas 01 e 20	21/07/14	02/08/14	Sandra de Pontes – MPMA
12. Envio à Coordenação da Comissão de material prático, doutrinário e jurisprudencial sobre o cumprimento do art. 212 da CR – Simone Disconsi será a articuladora do grupo.	21/07/14	21/08/14	Integrantes do grupo 2: Mirtel Fernandes- MPAM, Maria Pilar -MPBA, Simone Disconsi - MPGO, Maria Elmira - MPMG, Sergio Costa - MPMT, Mônica Freire - MPPA, Eleonora Rodrigues - MPPE, Iveluska Lemos - MPRN, Miguel Gnigler - MPSC, Etélio Prado - MPSE e Maria Cristina Manella/Sergio Pinel – MPF
13. Levantamento sobre os Ministérios Públicos que ainda não aderiram à campanha “Conte até 10 nas escolas”	21/07/14	30/08/14	Sergio Harfouche MPMS
14. Envio à Coordenação da Comissão de material prático, doutrinário e jurisprudencial sobre a meta 1 da Comissão – Acesso à Educação Infantil – Ana	21/07/14	21/08/14	Integrantes do grupo 1: Almir Branco - MPAC, Cátia Vergara - MPDFT,







37 C